GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ				
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL				
DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO				
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL				
SETEMBRO A DEZEMBRO/2014				
RGF - ANEXO IV (LRF, art. 55, inciso I, alínea "d" e inciso III alínea "c")				R\$ milhares
OPERAÇÕES DE CRÉDITO			VALOR REALIZADO	
			No Quadrimestre de Referência	Até o Quadrimestre de Referência (a)
SUJEITAS AO LIMITE PARA FINS DE CONTRATAÇÃO (I)			102.925	614.212
Mobiliária				
Interna				
Externa				
Contratual			102.925	614.212
Interna			40.975	520.224
Abertura de Crédito			40.975	520.224
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro				
Derivadas de PPP				
Demais Aquisições Financiadas				
Antecipação de Receita				
Pela Venda a Termo de Bens e Serviços				
Demais Antecipações de Receita				
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)				
Outras Operações de Crédito				
Externa			61.950	93.988
Abertura de Crédito			61.950	93.988
NÃO SUJEITAS AO LIMITE PARA FINS DE CONTRATAÇÃO (II)				
Parcelamentos de Dívidas				
De Tributos				
De Contribuições Sociais				
Previdenciárias				
Demais Contribuições Sociais				
Do FGTS				
Melhoria da Administração de Receitas e da Gestão Fiscal, Financeira e Patrimonial				
Programa de Iluminação Pública – RELUZ				
Amparadas pelo art. 9-N da Resolução nº 2.827/01, do CMN				
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DOS LIMITES			VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA – RCL			15.092.464	-
OPERAÇÕES VEDADAS (III)				
TOTAL CONSIDERADO PARA FINS DA APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE = (IV)=(Ia+III)			614.212	4,07
LIMITE GERAL DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS E EXTERNAS			2.414.794	16,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA				-
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA			1.056.472	7,00
TOTAL CONSIDERADO PARA CONTRATAÇÃO DE NOVAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO (V) = (IV + IIa)			614.212	4,07
FONTE: Sistema SIAFEM, Unidade Responsável SEFA / DICONF, Data de emissão 26/jan/2015 e Hora de emissão 11h e 40m.				
Notas:				
1. Este demonstrativo evidencia todas as operações de crédito efetivamente realizadas pelo ente, sem prejuízo da verificação da legalidade dessas operações, bem como das eventuais cominações decorrentes, especialmente no caso de operações de crédito vedada.				
2. Os limites definidos pela resolução nº 43, de 21.12.2001, do Senado Federal estabelecem:				
a- Para as operações internas e externas, o montante global em um exercício financeiro não poderá ser superior a 16% da receita corrente líquida;				
b- Para operações de crédito por antecipação da receita orçamentária não exceder a 7% da RCL.				
Hélio Santos de Oliveira Goes				
Diretor de Gestão Contábil e Fiscal				
Nilo Emanuel Rendeiro de Noronha			Roberto Paulo Amoras	
Secretário de Estado da Fazenda em exercício			Auditor Geral do Estado	